

Clíticos reflexos e inerentes na variedade de português de São Tomé e Príncipe

Raquel Teixeira Madureira¹

¹Universidade de Lisboa, CLUL, Lisboa, Portugal

Resumo

Este artigo foca-se em construções verbais que selecionam clíticos reflexos e inerentes em português de São Tomé e Príncipe. Alguns estudos têm apontado uma tendência para a omissão dos clíticos do paradigma reflexivo nas variedades africanas do português. Este estudo incidirá sobre a variedade falada em São Tomé e Príncipe, onde o português se encontra em fase de nativização. Terá uma primeira parte dedicada à revisão de literatura sobre estas estruturas em português europeu. Numa segunda parte, serão analisados dados orais de um corpus, com base nas variáveis *escolaridade* e *idade*. A análise quantitativa de ocorrências permitirá constatar qual é a relevância da estratégia de omissão na língua falada. Os dados recolhidos parecem, de facto, indicar que esta variedade do português apresenta uma forte tendência para a supressão do clítico. Os clíticos inerentes sofrem maior omissão do que os reflexos, embora estes também sejam suprimidos. Além disso, a variável *escolaridade* parece ter algum peso na estratégia privilegiada pelos falantes, ao contrário da variável *idade*. O estudo procurará ainda discutir se o contacto com o crioulo forro tem um papel relevante na estratégia de omissão ou se, pelo contrário, esta se deve a uma mudança linguística resultante da aquisição (histórica) do português como L2.

Palavras-chave: português de São Tomé e Príncipe, clíticos reflexos e inerentes, variação e mudança linguística, aquisição L1/L2, contacto de línguas.

Abstract

This article focuses on verb constructions that select reflexive and inherent clitics in São Tomean Portuguese. Some studies have pointed out a tendency towards the omission of clitics from the reflexive paradigm in African varieties of Portuguese. The present study will deal with the variety of Portuguese spoken in São Tomé and Príncipe, that is undergoing a process of nativization. The first part offers a brief literature review on reflexive and inherent clitics in European Portuguese. The second part analyses oral data from a corpus, focusing on the variables *education* and *age*. The occurrences will be analyzed from a quantitative perspective, in order to verify the relevance of the omission strategy in spoken language in São Tomé. The data seems, in fact, to indicate that this variety of Portuguese presents a strong tendency towards the suppression of clitics. Inherent clitics suffer greater omission than reflexive clitics, which, nevertheless, are also suppressed. Furthermore, the variable *education* seems to have some weight in the choice of strategy by speakers, unlike the variable *age*. The article will also discuss if the omission strategy present in São Tomean Portuguese is a product of contact with Santome Creole or the result of a process of (historical) acquisition of Portuguese as L2.

Keywords: São Tomean Portuguese, reflexive and inherent clitics, linguistic change and variation, L1/L2 acquisition, language contact.

1. Introdução

As propriedades e a colocação dos pronomes clíticos em português europeu têm sido alvo de estudo, estando amplamente descritas em Duarte (1983), Duarte e Matos (2000), Brito et al. (2003) e Martins (2013), entre outros. A investigação sobre as variedades africanas do português, por outro lado, tem incidido sobre



outras questões sintáticas (e.g., duplos objetos, regência verbal), não havendo, por isso, estudos aprofundados sobre o tópico em análise, sobretudo para a variedade de São Tomé e Príncipe. Além disso, o estudo dessas variedades tem-se desenvolvido principalmente nas últimas décadas, o que reflete a recente difusão do português nas ex-colónias. Vários estudos têm procurado descrever as características dessas variedades. No entanto, não tem existido um investimento uniforme nas variedades do português analisadas (Hagemeijer, 2016).

Ainda assim, já foram elaborados alguns estudos centrados nos clíticos com ênfase nas variedades africanas do português, principalmente para o português de Moçambique (Gonçalves, 1990; Matsinhe, 1998; Mapasse, 2005). Alguns têm apontado uma tendência geral de supressão de pronomes reflexos em todas as variedades africanas do português (Hagemeijer, 2016; Mendes & Estrela, 2008). No entanto, a omissão dos clíticos do paradigma reflexivo carece ainda de uma análise aprofundada e de uma descrição detalhada. Este artigo procurará contribuir para a expansão do conhecimento da variedade de São Tomé e Príncipe. A análise quantitativa de ocorrências em dados orais terá como alvo constatar qual é a relevância da estratégia de omissão na oralidade. Essa análise será feita com o objetivo de dar resposta às seguintes questões: (i) Os clíticos inerentes, considerados não argumentais, sofrem maior omissão do que os reflexos, considerados argumentais? (ii) Será que informantes com um nível de escolaridade mais elevado apresentam uma maior percentagem de realização do clítico? (iii) Qual é a relevância da variável *idade* na estratégia da omissão do clítico? (iv) Qual é o papel do contacto com o forro (crioulo dominante em São Tomé e Príncipe) na estratégia de omissão do clítico em português de São Tomé e Príncipe?

Assim, este artigo fará: (i) uma análise da variação interfalante e intrafalante nas estratégias de realização e omissão do clítico, com base nas variáveis *idade* e *escolaridade*; e (ii) uma avaliação da relevância do contacto com o crioulo forro. Com estes objetivos em mente, entre a secção 2 e 4, faz-se uma revisão de literatura sobre estas estruturas que seleccionam clíticos reflexos e inerentes em português europeu. Na secção 5, abordam-se as conclusões a que chegaram alguns estudos sobre a supressão do clítico nas variedades africanas do português. Nas secções 6 e 7, descreve-se o contexto linguístico de São Tomé e Príncipe, com especial ênfase no forro. Finalmente na secção 8, serão analisados dados orais de um corpus, com base nas variáveis *escolaridade* e *idade*.

2. Aspetos gerais dos clíticos especiais

Os pronomes clíticos são unidades lexicais átonas e, como tal, são dependentes de um hospedeiro, isto é, de uma unidade lexical com acentuação própria. Designados como clíticos especiais (Zwicky, 1977), os pronomes clíticos têm algumas propriedades em comum. Em primeiro lugar, eles ocorrem em adjacência estrita ao verbo, mesmo quando essa não é a posição canónica da sua função sintática, como é visível em (1). Além disso, apenas cliticizam em verbos, e não em qualquer outra classe de palavras, como mostra (2). Isso acontece, mesmo quando o clítico está estruturalmente relacionado com um elemento não verbal, como no caso do dativo de posse. Finalmente, eles não têm uma posição fixa em relação ao verbo que lhes serve como hospedeiro, podendo ocorrer em ênclise (1a), próclise (3a) ou mesóclise (3b).

- (1a) Ele enviou-*lhes* os livros.
- (1b) Ele enviou os livros [aos pais].

- (2a) O Tiago viu a ferida do gato.
- (2b) O Tiago viu-lhe a ferida.
- (2c) * O Tiago viu a ferida-*lhe*.

- (3a) Ele não *lhes* enviou os livros.
- (3b) Ele enviar-*lhes-á* os livros.



Estas características distinguem os clíticos especiais da classe dos simples, a que pertencem os artigos e as preposições.

Os clíticos especiais apresentam também propriedades fonológicas próprias, como descrito em Vigário (1999). Quando o verbo termina em nasal, o pronome clítico acusativo *o(s)/a(s)* surge como *no(s)/na(s)*, conforme é visível em (4c). O clítico pode ainda surgir como *lo(s)/la(s)*, quando o verbo ou o clítico que o precede termina com as consoantes *s* ou *r*, como mostra (5c). Nesse caso, a consoante final do verbo ou do clítico (*nos* ou *vos*) é apagada. A consoante final é igualmente apagada quando o verbo se encontra conjugado na primeira pessoa do plural e é seguido pelos clíticos dativos *nos* ou *vos* (conforme exemplificado em (6c)). No entanto, estes fenómenos fonológicos não se verificam no caso dos clíticos simples, nem mesmo com o artigo definido *o(s)/a(s)*, homónimo do clítico acusativo. Isso mesmo é visível nas alíneas (b) dos exemplos (4) a (6). Note-se que, em (4b), *no filme* é interpretado como um sintagma preposicional introduzido pela preposição *em*, não como um sintagma nominal.

- (4a) Eles viram [*o* filme].
- (4b) * Eles viram no filme.
- (4c) Eles viram-*no*.

- (5a) Eles costumam ver [*os* filmes da Marvel].
- (5b) * Eles costumam vê los filmes da Marvel.
- (5c) Eles costumam vê-*los*.

- (6a) Nós encontramos os melhores filmes nos cinemas.
- (6b) * Nós encontramos nos melhores filmes nos cinemas.
- (6c) Nós encontramos-*nos* todos os dias.

Ainda assim, os clíticos especiais não exibem um comportamento uniforme, podendo distinguir-se diferentes tipos. Brito et al. (2003) apresentam uma divisão desta classe em cinco tipos de clíticos: o clítico com conteúdo gramatical, o clítico argumental preposicional ou predicativo, o clítico quase-argumental, o clítico com comportamento de afixo derivacional e o clítico sem conteúdo semântico ou morfossintático.

Esta divisão é feita com base nos seguintes critérios apontados pelas autoras: (i) o potencial referencial ou predicativo; (ii) a referência específica ou arbitrária; (iii) a possibilidade de lhes ser atribuído um papel temático; (iv) a possibilidade de surgirem em construções de redobro do clítico e de extração simultânea de clítico; e (v) a capacidade de modificarem a estrutura argumental de um verbo. Os clíticos reflexos e inerentes encontram-se precisamente em pontos opostos deste espectro.¹ Os clíticos reflexos são incluídos nos clíticos com conteúdo argumental. Quanto aos clíticos inerentes, considera-se que não têm conteúdo semântico ou morfossintático.

3. Os clíticos reflexos

O clítico reflexo é um pronome anafórico, retomando um sintagma nominal que ocorre na mesma oração, considerado o antecedente, e que tem a função de Sujeito. Estabelece-se um processo de correferência entre o clítico e o seu antecedente, já que ambos se referem à mesma entidade extralinguística. Assim sendo, seguindo os critérios mencionados em Brito et al. (2003), o clítico reflexo (i) tem potencial referencial e (ii) tem uma referência específica ou definida.

¹ Brito et al. (2003) afirmam que esta classificação reflete fases diferentes do processo de gramaticalização, visível do ponto de vista formal e do ponto de vista semântico. As autoras (Brito et al., 2003, p. 845) constataam, a respeito deste último ponto: “Os clíticos em português repartem-se por diferentes subtipos que vão desde aqueles que exibem um conteúdo substantivo pleno (argumental ou predicativo), aos clíticos que apresentam (parcial ou exclusivamente) propriedades de afixos, ou até aos clíticos que estão desprovidos de qualquer conteúdo atribuível, ocorrendo como vestígios fossilizados de estádios anteriores da língua.”



3.1. Anáfora ligada

O clítico reflexo não tem qualquer valor referencial por si só, dependendo totalmente do seu antecedente para que o seu valor seja definido. Trata-se de uma anáfora ligada. Visando esta relação, Chomsky (1981, p. 188) apresenta o seguinte princípio: “An anaphor is bound in its governing category.” Brito et al. (2003, p. 811) enumeram três propriedades das anáforas ligadas.

Em primeiro lugar, o antecedente e a anáfora devem pertencer à mesma oração, o que não acontece em (7a).² De facto, o clítico reflexo tem de estar ‘ligado’ dentro de um domínio local a que também pertence o antecedente. Segundo Otero (1999, p. 1446), o domínio de uma expressão anafórica reflexiva é a unidade mínima que contém a anáfora e um possível ‘ligador’. Brito et al. (2003, p. 812) identificam esse domínio mínimo como a frase finita simples.

Em segundo lugar, a anáfora não pode ocupar a posição de sujeito, como demonstrado em (8). Finalmente, nenhuma expressão nominal com função de sujeito pode interferir entre o antecedente e a anáfora. Isso é exemplificado em (7a), onde o sintagma nominal *a mãe* está posicionado entre o antecedente e a anáfora. Lobo (2013, p. 2210) acrescenta ainda que o antecedente deverá ser mais proeminente do que o clítico, não podendo estar demasiado encaixado na estrutura da oração. O clítico reflexo tem de estar no escopo do elemento ‘ligador’, isto é, o seu antecedente. Por outras palavras, o antecedente tem de c-comandar a expressão anafórica. Em (9), o sintagma nominal *o menino* não pode ser o antecedente do clítico, porque está contido no SN sujeito e, como tal, encontra-se demasiado encaixado e não c-comanda o clítico.

(7a) * O menino disse [que a mãe *se* penteou *a si próprio*].

(7b) A mãe disse [que o menino *se* penteou *a si próprio*].

(8) * *Se a si mesma* penteou.

(9) * [A mãe do menino] penteou-se *a si próprio*.

Nos exemplos de (7) a (9), as expressões *a si próprio/a* e *a si mesma/a* são um reforço pleonástico do complemento. Estas expressões apresentam traços de pessoa e número iguais aos do clítico. Assim, nos exemplos (7a) e (9), a expressão *a si próprio*, ao contrário do clítico, tem traços de género, para além de pessoa e número. Assim, permite forçar a interpretação pretendida: demonstrar que o clítico não está sob o escopo do antecedente com os traços de pessoa e número correspondentes aos da expressão pleonástica.

3.2. Funções gramaticais e papéis temáticos

Apesar de o antecedente e o clítico reflexo serem correferentes, desempenham funções gramaticais diferentes e recebem papéis temáticos distintos. Segundo Lobo (2013, pp. 2213–2214): “Numa construção reflexa, o referente designado pelo antecedente e pela expressão reflexa participa numa situação na qual tem simultaneamente dois papéis diferentes, i.e., realiza uma ação que incide sobre ele próprio.”

Assim, o antecedente é um SN sujeito,³ que recebe o papel temático de agente ou experienciador. Já o clítico reflexo pode ter a função de objeto direto, sendo-lhe atribuído o papel temático de paciente, ou de objeto indireto, caso em que recebe o papel de recipiente. Para a autora, o clítico reflexo pode receber um papel

² Maria Lobo (2013, p. 2219) menciona que o antecedente, em certos casos, deverá pertencer ao mesmo sintagma nominal. Nesse caso, o pronome é um constituinte preposicionado e ocorre na forma forte *si*, não na forma de clítico, como exemplificado abaixo:

(i) [A opinião da Maria sobre *si mesma*] é pouco realista.

³ Lobo (2013) afirma que o antecedente do pronome reflexo nem sempre é o sujeito. No entanto, nesses casos, o pronome não ocorre na forma de clítico, mas na forma forte *si* e é um constituinte preposicionado. No exemplo abaixo, o antecedente pode corresponder ao sujeito ou ao objeto direto, havendo ambiguidade entre as duas interpretações.

(i) O médico protegeu o doente de *si mesmo*.



temático, o que é precisamente um dos critérios que justificam a classificação de Brito et al. (2003) dos clíticos.⁴ O clítico tem ainda um estatuto argumental.

Para Brito et al. (2003, p. 807), o clítico reflexo também é tipicamente o objeto direto, podendo igualmente ser objeto indireto. As autoras apresentam dois testes que procuram comprovar que o clítico está associado a posições argumentais. Esses testes são a construção de redobro do clítico e a omissão do clítico em construções de extração simultânea. Como as autoras afirmam, essas operações “operam fundamentalmente sobre clíticos com conteúdo substantivo, argumental ou predicativo: em qualquer dos casos se pressupõe a existência de uma posição com conteúdo semântico que o clítico redobra ou recupera” (Brito et al. 2003, p. 834).

A construção de redobro do clítico consiste na expressão de um argumento através de um clítico e de um pronome forte preposicionado (*a si mesmo/a* ou *a si próprio/a*), com traços de pessoa e número correspondentes aos do clítico. Este constituinte redobrado assinala a posição argumental associada ao clítico, como é exemplificado em (10).

(10) A mãe penteou-se *a si mesma*.

As construções de extração simultânea, por sua vez, envolvem frases coordenadas, onde uma única forma clítica recupera os argumentos associados ao verbo de cada termo coordenado. Conforme é visível no exemplo (11a), o clítico reflexo pode ocorrer nestas construções. Para Brito et al. (2003, p. 836), essas frases não são sentidas como casos de objeto nulo, uma vez que o clítico *c*-comanda as categorias vazias a que está associado, inclusive no segundo membro coordenado. Note-se que, nos casos de ênclise, se o hospedeiro do clítico for um verbo no interior da estrutura coordenada, não é possível recuperar o conteúdo do clítico no segundo termo coordenado (Matos, 2000). Por isso, em (11b), a categoria vazia é interpretada como um caso de objeto nulo.

(11a) Ele nunca *se* penteava [-] nem barbeava [-].

(11b) # Ele penteou-se e barbeou [-].

Confirma-se, assim, que o clítico reflexo aceita construções de extração simultânea e de redobro do clítico, um dos critérios apontados por Brito et al. (2003) para considerar estes clíticos argumentais.

Duarte (2013, p. 448) refere também que o clítico reflexo surge com verbos transitivos diretos não estativos que denotam mudança de estado, de lugar e de posse. Os verbos que descrevem estados psicológicos ou ações sobre o corpo também aceitam a diátese reflexa. Todos estes verbos aceitam igualmente um objeto direto não correferente com o sujeito, como exemplificado em (12).

(12a) A mãe penteou-se.

(12b) A mãe penteou *a filha*.

Este facto parece confirmar que o clítico reflexo surge numa posição argumental associada ao argumento interno com função de objeto direto. Da mesma forma, certos verbos que selecionam objetos indiretos também aceitam a diátese reflexa, como mostra (13). Nesse caso, o clítico reflexo tem a função de objeto indireto.

(13a) O polícia perguntou-se se deveria multar o condutor.

(13b) O polícia perguntou *ao condutor* se tinha bebido.

⁴ Ver Secção 2.



4. O clítico inerente e o seu papel enquanto partícula destransitivadora

O clítico inerente ou pseudorreflexo é um pronome não anafórico, que parece não estar associado a qualquer posição argumental ou papel temático. Uma prova nesse sentido é a impossibilidade de o clítico ser redobrado, ao contrário do que acontece com os clíticos reflexos. Conforme demonstra o exemplo (14), o clítico inerente não admite as expressões *a si próprio/a* e *a si mesmo/a*.

(14) * A Maria apaixonou-se *a si mesma*.

Note-se ainda que o clítico inerente só pode ocorrer em construções de extração simultânea quando o seu hospedeiro não pertence à estrutura coordenada, como é visível em (15a), onde os elementos coordenados são os VPs ou AspPs selecionados pelo verbo semiauxiliar *estar a*. Quando isso não acontece, a frase é marginal, como é visível no contraste apresentado em (15b).

(15a) Ela estava-se a levantar ou a esticar, quando caiu.
(15b) ?? Ela não só *se* estava a levantar como esticou.

Finalmente, o clítico inerente surge principalmente com verbos de movimento e de postura corporal (como *dirigir-se*) e com verbos que denotam processos subjetivos de natureza psicológica ou emotiva (como *apaixonar-se* e *queixar-se*). Conforme Fonseca (2010, p. 46) afirma, o sintagma nominal com função de sujeito recebe sobretudo o papel temático de experienciador, apesar de poder apresentar alguns indícios de agentividade. Referindo-se a orações pseudorreflexas, Duarte (2013, p. 449) aponta para “o facto de o constituinte com função de sujeito agir volitivamente”. Isso é comprovado através do uso do advérbio *propositadamente* ou de uma oração final, como demonstrado em (16a) e (16c). Note-se ainda que o uso do advérbio *involuntariamente* em (16b) resulta numa oração agramatical.

(16a) Dirigi-me *propositadamente* ao banco.
(16b) * Zanguei-me *involuntariamente* com o meu colega.
(16c) Queixei-me, [para conseguir o reembolso do pagamento].

Assim, segundo Brito et al. (2003), o clítico inerente não tem conteúdo semântico ou morfossintático. Seguindo os critérios definidos pelas autoras, estes clíticos (i) não têm potencial referencial ou predicativo; (ii) não têm uma referência específica; (iii) não podem receber um papel temático; e (iv) não surgem em construções de redobro do clítico, admitindo a construção de extração simultânea do clítico apenas em circunstâncias específicas. As autoras consideram ainda que os clíticos inerentes (v) não têm capacidade de modificarem a estrutura argumental de um verbo.

De facto, de acordo com Brito et al. (2003), o clítico inerente não pode ser interpretado como um morfema destransitivador, como o clítico anticausativo. O exemplo (17b) mostra que o verbo *queixar-se* não admite uma alternativa transitiva sem o clítico e com um argumento externo com o papel temático de causa. O mesmo não acontece em (18a), com o verbo inacusativo *divertir-se*. Neste caso, o clítico anticausativo pode ser considerado um morfema associado à perda do papel temático do argumento externo do verbo (Gonçalves, 1990). Por esse motivo, o verbo apresenta uma alternativa transitiva com o argumento externo expresso, como é visível em (18b).

(17a) A professora queixou-se do barulho.
(17b) * O barulho queixou a professora.
(17c) * A professora queixou o barulho.



- (18a) As crianças divertiram-se (com o palhaço).
(18b) O palhaço divertiu as crianças.

Já no caso do clítico inerente, para que a causa esteja explícita, é necessário recorrer a outras estruturas, como, por exemplo, a estrutura causativa de marcação excepcional de caso, com o verbo *fazer* (Brito et al., 2003, p. 843). Isso é exemplificado em (19).

- (19) O barulho fez a professora queixar-se.

Esta perspetiva não é inteiramente partilhada por Fonseca (2010), que defende que, em certos casos, o clítico inerente pode estar relacionado com a detransitivização de predicados, como demonstrado em (20). Quando há um clítico inerente, o verbo perde o objeto direto e, em vez disso, passa a selecionar um sintagma preposicional. Assim, o clítico é um afixo com consequências sintáticas, bem como semânticas, já que, em (20a), a leitura em que *lembrar* seleciona um objeto indireto nulo com a função de recipiente é possível. Note-se, contudo, que, no caso do clítico anticausativo, o argumento interno do verbo é realizado na posição de sujeito.

- (20a) Ele lembra a matéria para o teste.
(20b) Ele lembra-se da matéria para o teste.

Albiou et al. (2004) também consideram que o reflexo inerente é não argumental, mas que permite que o verbo selecione um sintagma preposicional. Os autores afirmam: “SE is non-argumental, and capable (sic) of accounting for the obligatory PP reading associated with these pronominal verbs” (Albiou et al., 2004, p. 24).

Note-se, no entanto, que as construções semelhantes a (20a), em que o verbo seleciona um objeto direto e em que não ocorre o clítico inerente, são privilegiadas, sobretudo, no português do Brasil. Como Fonseca (2010, p. 73) menciona: “A situação de desuso da Prep e, globalmente, a perda de pronominalização com verbos como: *lembrar*, *recordar*, e *rir*, entre outros, é visível sobretudo em PB. [...] Pode concluir-se que os falantes de PE continuam a selecionar certos verbos com os pronomes clíticos pseudo-reflexos e o complemento preposicional respectivo.”

5. A supressão do clítico nas variedades africanas do português

Um dos traços gerais apontado por alguns estudos para as variedades africanas do português é a omissão dos clíticos do paradigma reflexivo (Gonçalves, 2013; Hagemijer, 2016). Como Hagemijer (2016, p. 59) afirma, “em todas elas [as variedades africanas do português], observa-se uma tendência para a supressão dos pronomes reflexos”.

Mendes e Estrela (2008) focam-se exatamente nesse aspeto, recorrendo a dados da oralidade das cinco variedades africanas do português, integrados no Corpus África do CLUL.⁵ No total, as autoras encontraram 129 casos de omissão do clítico.⁶ Com base nessas ocorrências, concluem que a variedade de São Tomé e Príncipe é aquela que apresenta um maior desvio em relação à norma do português europeu (41 das ocorrências). Além disso, o estudo demonstra que os clíticos intrinsecamente pronominais (103 ocorrências), que são não argumentais, sofrem maior omissão do que os clíticos reflexos (5 ocorrências).

Esta tendência para a supressão de clíticos não argumentais já tinha sido apontada por Gonçalves (1990) para o português de Moçambique. A autora afirma que essa variedade segue a norma europeia quanto aos

⁵ O Corpus África encontra-se disponível para pesquisa na plataforma CQPweb (<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/ca/>). As características do corpus encontram-se descritas em Bacelar do Nascimento et al. (2006).

⁶ Mendes e Estrela (2008) não apresentam dados sobre os casos de realização do clítico, isto é, que convergem com a norma do português europeu. Assim, não é claro qual é a relevância da estratégia da omissão no corpus utilizado pelas autoras.



na estratégia da omissão do clítico? (iv) Qual é o papel do contacto com o forro na estratégia de omissão do clítico em português de São Tomé e Príncipe?

6. Contexto linguístico de São Tomé e Príncipe

O atual panorama linguístico em São Tomé e Príncipe reflete dois períodos distintos de colonização, que se desenrolaram ao longo dos cerca de cinco séculos de história do arquipélago. O primeiro período tem início com a fase de habitação da ilha de São Tomé (1485–1515), datando a primeira tentativa bem-sucedida de povoamento permanente de 1493. Esta fase foi particularmente favorável à criouliização, já que o contacto entre os portugueses e a mão-de-obra africana escravizada era intenso. Apesar de esta se encontrar em maioria, eram os falantes nativos de português que tinham uma posição privilegiada. Este contexto favoreceu, como Hagemeyer (2009, p. 2) afirma, “uma aproximação, por parte dos escravos, ao código linguístico utilizado pelos povoadores portugueses”. Provenientes sobretudo do delta do Níger, mais especificamente do antigo Reino do Benim, os escravos eram maioritariamente falantes de línguas edóides, com particular relevância para o edo. Deste modo, essa língua teve um efeito fundador e um papel importante enquanto substrato do Proto-Crioulo do Golfo da Guiné, de base lexical portuguesa (Hagemeyer, 2011).

Essa língua tornou-se a língua alvo dos escravos que chegaram na fase de plantação (1515–1600), marcada pela introdução da cultura do açúcar. Estes escravos eram já provenientes de zonas onde se falavam línguas bantu, que desempenharam, assim, um papel de adstrato (Hagemeyer, 2011). O Proto-Crioulo do Golfo da Guiné difundiu-se no espaço, ramificando-se, com o tempo, em quatro crioulos distintos. Três desses são ainda atualmente falados em São Tomé e Príncipe: o forro, o angolar (falados na ilha de São Tomé) e o lung'ie (falado na ilha do Príncipe).⁸ Estes crioulos foram dominantes até ao final do século XIX, sendo o português apenas falado pela elite local e pelos colonizadores portugueses (Hagemeyer, 2018).

No início do século XIX, uma segunda fase de colonização viria alterar o contexto linguístico de São Tomé e Príncipe. Esta fase é marcada pela introdução da cultura do café e do cacau, que geraram a necessidade de um grande contingente de mão-de-obra. Em sequência da abolição da escravatura em 1869 e da recusa dos escravos libertos em continuar a trabalhar nas plantações, os proprietários destas passam a recorrer a contratados provenientes, na sua maioria, de Angola, Cabo Verde e Moçambique (Hagemeyer, 2018) e que trazem consigo as suas línguas maternas. Em resultado, falam-se ainda atualmente no arquipélago o crioulo de Cabo Verde e, em menor grau, algumas línguas bantu, como o quimbundo e o umbundo. Como Hagemeyer (2009, p. 17) constata, “ao contrário do crioulo de Cabo Verde, as línguas do continente africano tendem a desaparecer rapidamente das ilhas, porque muitas vezes não houve transmissão de geração em geração”.

Por outro lado, o português, não o forro, torna-se a língua-alvo dos contratados, que a adquirem como língua segunda. De facto, os proprietários das plantações são maioritariamente portugueses. Além disso, os antigos escravos, denominados “forros”, mantêm-se deliberadamente segregados dos novos trabalhadores das plantações, que consideram de menor estatuto. Nas maiores plantações, onde muitos trabalhadores eram falantes nativos de línguas bantu, surgiu ainda uma nova variedade de contacto, o Português dos Tonga. No entanto, a sua dispersão espacial e grande variação levou a que, na atualidade, tenha praticamente desaparecido e sofrido fusão com o português (Hagemeyer, 2009).

Os contratados contribuíram, assim, para a expansão do português no arquipélago. É de salientar que o seu número chegou mesmo a ultrapassar o dos autóctones, segundo Hagemeyer (2018). Como Gonçalves (2016, p. 24) afirma, “se [...] o período da primeira colonização foi favorável à criouliização, o período da segunda colonização foi determinante para a hegemonia do português, uma vez que era esta, e não o forro, a língua-alvo dos contratados.” A política de repressão linguística dos crioulos por parte do Estado Novo contribuiu para este processo. Assim, no século XX, o português passou a ser usado como língua franca no arquipélago, sendo

⁸ Um quarto crioulo, o Fa d'Ambô, é falado na ilha de Annobón, pertencente atualmente à Guiné Equatorial. Esta ilha pertenceu até 1778 a Portugal.



língua segunda de um número crescente de falantes bilingues. O período até à independência foi marcado por uma diglossia estável, em que o português era utilizado nos domínios altos e os crioulos nos domínios baixos.

Foi sobretudo após 1975 que a situação se alterou. De facto, o português conheceu uma expansão expressiva quer no número de falantes (como língua materna) quer nos contextos de utilização. Este fenómeno resultou num contexto de diglossia instável e de *shift*, que envolve o abandono gradual e, eventualmente, total da língua nativa de uma comunidade, em prol da língua-alvo. Como Winford (2003, p. 27) afirma “when stable bilingualism collapses, through either the erosion of ethnolinguistic boundaries or the resolution of diglossia or some other cause, the result is language shift”.

Depois da sua independência, São Tomé e Príncipe adotou o português como língua oficial, de forma a garantir a “unidade nacional” num contexto multilingue. A ampliação das redes escolares, a mobilidade social e os meios de comunicação na língua oficial, entre outros fatores, favoreceram a difusão do português. Segundo Hagemeyer (2018), o português é atualmente a língua com maior expressividade no país, sendo falada por cerca de 98,4% da população. Esta expansão do português nas últimas décadas desencadeou um processo de nativização, dando origem a uma nova variedade do português (Gonçalves, 2016). O passado recente desta variedade como L2 reflete-se num espectro amplo de variação.

Por outro lado, tem-se assistido à erosão linguística e ao desaparecimento das línguas maternas, designadas frequentemente de ‘línguas nacionais’, cujo papel social é ocupado gradualmente pela língua oficial (Thomason, 1997; Winford, 2003). Esta tendência é reforçada pela ausência de políticas linguísticas relevantes, que protejam os crioulos. Em resultado, de acordo com o INE (2012), menos de 50% da população falava, em 2012, alguma das ‘línguas nacionais’.⁹ Note-se que o forro é o crioulo falado por uma maior fatia da população (34%). Assim sendo, será com base neste crioulo que se procurará perceber até que ponto o português de São Tomé e Príncipe reflete o contacto com línguas locais.

7. Os clíticos reflexos e inerentes no forro

Os crioulos falados em São Tomé e Príncipe, incluindo o forro, não apresentam um paradigma reflexivo que corresponda ao do português (Hagemeyer, 2016). De facto, Ferraz (1979, p. 72) afirma que o forro não recorre ao clítico. Esta estratégia ocorre em construções que em português europeu selecionam não só clíticos inerentes (22), como também clíticos reflexos (23).

(22) Bô li Ø. (Hagemeyer, 2016, p. 60)
2SG rir
‘Tu riste-te.’

(23) N ga ba kenta Ø. (Hagemeyer, 2007, p. 40)
1SG ASP ir aquecer
‘Eu vou aquecer-me.’

Por outro lado, Hagemeyer (2011) menciona que o forro apresenta também uma estratégia reflexiva nominal (*body-part reflexives*), recorrendo à palavra *ubwê* ‘corpo’, como exemplificado em (24). Esta estratégia é partilhada pelos restantes crioulos do Golfo da Guiné (Hagemeyer, 2009).

(24) Ê mat-*ubwê* dê buta. (Hagemeyer, 2011, p. 129)
3SG matar-corpo POSS PRT

⁹ Os dados do censo realizado em 2012 pelo Instituto Nacional de Estatística não devem, contudo, ser interpretados sem as devidas ressalvas. Como Gonçalves (2010, p. 16) afirma, eles “não nos permitem extrair conclusões quanto à possibilidade de as línguas identificadas serem adquiridas como L1, L2 ou LE”.



‘Ele/a suicidou-se.’

A estratégia parece estar relacionada com uma das línguas de substrato deste crioulo: o edo. Conforme demonstrado em (25), esta língua utiliza uma estrutura semelhante e recorre igualmente à palavra correspondente a ‘corpo’, isto é, *ègbé*. Note-se ainda que, tanto no forro como no edo, a palavra ‘corpo’ é tipicamente seguida de um pronome possessivo (Hagemeijer, 2011, p. 129).

(25) O gbé-ègbé èré ruà. (Ogie, 2004, p. 5)
3SG matar-corpo POSS PRT
‘Ele/a suicidou-se.’

Assim, o contacto com o forro poderá refletir-se numa maior tendência para omitir o clítico na variedade de português de São Tomé e Príncipe. Em vista dos dados analisados nesta secção, levanta-se ainda a hipótese de essa variedade do português utilizar uma estratégia reflexiva nominal, recorrendo à palavra *corpo*. Na secção seguinte, serão abordadas esta e outras hipóteses, com base na análise de dados orais.

8. Análise de dados da variedade de português de São Tomé e Príncipe

8.1. Metodologia

A análise realizada nesta secção recorre a dados empíricos, tendo por base um corpus de discurso oral espontâneo, elaborado no âmbito do projeto *Posse e Localização: Microvariação em variedades africanas do português* (PALMA) do CLUL. Toma-se como base entrevistas semiestruturadas realizadas com falantes da variedade de português de São Tomé e Príncipe, recolhidas entre 2008 e 2012. O corpus é constituído por 77 entrevistas, realizadas com informantes distribuídos de acordo com o seu nível de escolaridade e idade. Relativamente ao género, 40 dos informantes são do sexo masculino e 37 do sexo feminino (cf. Tabela 1).

A idade dos informantes varia entre os 17 e os 71 anos, com uma média de 37 anos. Seguindo o modelo do Corpus PALMA, os informantes foram ainda distribuídos por quatro grupos etários e quatro níveis de escolaridade, como é visível na Tabela 1. Finalmente, todos os informantes incluídos no corpus têm o português como língua materna ou primária, embora alguns apresentem proficiência noutra língua (forro ou caboverdiano).

Tabela 1. Distribuição dos informantes por nível de escolaridade, idade e género

	Variáveis	M	F	Total
Idade	17-25	9	10	77
	26-35	10	11	
	36-45	10	6	
	46-71	11	10	
Escolaridade	0 – 4.º ano	5	8	77
	5.º ano – 9.º ano	11	12	
	10.º ano – 12.º ano	19	10	
	Ensino superior (ou a frequentar)	5	7	

A extração dos dados foi feita através da leitura do corpus, de forma a identificar a supressão de clíticos. Posteriormente, fez-se a classificação dos dados, distinguindo-se as ocorrências de clíticos reflexos e de clíticos inerentes, bem com a estratégia utilizada, isto é, a realização ou a supressão do clítico. No total, foram



identificados 727 contextos onde o clítico seria realizado segundo o padrão do português europeu. Das 77 entrevistas pertencentes ao corpus, 72 apresentam contextos relevantes para a investigação em questão.

8.2. Relevância da estratégia de supressão do clítico

Dos 727 contextos relevantes, 449 correspondem a casos de supressão do clítico, como demonstra a Tabela 2. Os informantes parecem, assim, demonstrar uma preferência pela estratégia de supressão, que corresponde a 61,76% das ocorrências. Salienta-se a variação entre as duas estratégias, o que poderá estar relacionado com o passado recente desta variedade como L2 (Hagemijer, 2016, p. 49). Ainda assim, evidencia-se um grau de divergência considerável relativamente ao português europeu. Estes dados parecem estar de acordo com a conclusão de Hagemijer (2016), isto é, de que a tendência de supressão é particularmente acentuada no português de São Tomé e Príncipe. Note-se ainda que, de acordo com os dados do Corpus África, analisados por Mendes e Estrela (2008, p. 103), a variedade de São Tomé e Príncipe foi a que apresentou mais contextos de omissão do clítico.

Tabela 2. Supressão e realização dos clíticos (dados gerais)

	Supressão	Realização	Total
Ocorrências	449 (61,76%)	278 (38,24%)	727 (100%)

A estratégia da omissão abrange não só casos de clíticos inerentes, considerados não argumentais, mas também clíticos reflexos. Vejam-se os exemplos em (26), relativos à supressão do clítico reflexo, e em (27), relativos à supressão do clítico inerente. Apresentam-se ainda exemplos de realização do clítico reflexo em (28) e do clítico inerente em (29).

- (26a) Eu *vesti* Ø, fui.
 (26b) Levanta cedo, *prepara* Ø para a escola.
 (26c) Esse mais velho já Ø *matriculou*.
 (27a) E também Ø *habituei* já com clima cá na cidade.
 (27b) Quando a minha mãe Ø *concentrou* e tal, para ajudar.
 (27c) *Queixar* Ø aí para a violência doméstica.
 (28a) Eu tinha que *inscrever-me* naquela disciplina.
 (28b) Para ir *me lavar*, preparar.
 (28c) Não quer dizer que eu *me exclua* desses assuntos.
 (29a) Por isso, eu não *me lembro* quem era.
 (29b) *Esqueci-me* do nome.
 (29c) Eu acho que devemos *nos esforçar*.

Tabela 3. Supressão e realização dos clíticos reflexos e inerentes (dados gerais)

Ocorrências	Reflexo	Inerente
Supressão	125 (54,35%)	324 (65,19%)
Realização	105 (45,65%)	173 (34,81%)
Total	230 (100%)	497 (100%)



Vários estudos têm apontado para uma probabilidade maior de supressão do clítico inerente relativamente ao clítico reflexo, já que este está associado a uma posição argumental (Gonçalves, 1990; Mendes & Estrela, 2008; Pereira, 2006). Os dados orais analisados neste estudo parecem, de facto, confirmar essa tendência, conforme plasmado na Tabela 3. O clítico inerente é suprimido 65,19% das vezes, enquanto o clítico reflexo é omitido em 54,35% dos contextos. A omissão do clítico reflexo é expressiva, apesar de não ser tão acentuada como nos clíticos inerentes.

8.3. A relevância de variáveis sociolinguísticas

A variedade de português falada em São Tomé e Príncipe tem um passado recente como variedade L2, pelo que apresenta um espectro amplo de variação, para que muito contribuem variáveis sociolinguísticas, como o nível de escolaridade, idade e o grau de exposição à língua. Hagemeyer (2009, p. 19) afirma que, em São Tomé, existem vários registos de português, com maior ou menor influência dos crioulos, o que é “muitas vezes determinado por factores tais como o nível de escolaridade, nível económico e o ambiente de inserção social (urbano/rural)”. Com isso em mente, analisar-se-á de seguida os dados recolhidos, à luz das variáveis *escolaridade e idade*.

8.3.1. A escolaridade

Como mencionado anteriormente, o corpus analisado é constituído por quatro grupos com níveis de escolaridade distintos. A escolaridade tem sido apontada como um fator de aproximação à norma do português europeu. De acordo com Gonçalves e Chimbutane (2004, p.7):

A distribuição e frequência dos traços não-padrão no discurso dos falantes não é idêntica para todos os membros desta comunidade. Com efeito, à semelhança do que acontece com outras línguas ex-coloniais, o português moçambicano apresenta um amplo espectro de variação que inclui desde as subvariedades ‘basilectais’, mais distantes do padrão europeu, dos falantes com pouco contacto com a língua-alvo, até às subvariedades mais próximas deste padrão, dos falantes mais instruídos.

De facto, conforme mostra a Tabela 4, os dados do corpus analisado parecem indicar que, quanto mais elevado o nível de escolaridade, maior a convergência com a norma. Por exemplo, os informantes com o ensino superior privilegiam a estratégia de realização do clítico (que corresponde a 63,57% das ocorrências), ao contrário do que sucede com os informantes menos escolarizados. Os informantes que frequentaram até ao 4.º ano apresentam a percentagem mais elevada de supressão do clítico (80,9%). Note-se ainda que, neste grupo, dez das dezassete ocorrências de realização de clíticos são produzidas por um só informante (58,82%). Este é o que apresenta uma atividade profissional mais especializada, sendo diretor de um centro de cultura e de um arquivo. Este facto pode indicar que o grau de convergência com a norma poderá estar associado a outros fatores sociolinguísticos, não necessariamente relacionados com a escolaridade.

Tabela 4. Supressão e realização dos clíticos (por escolaridade)

Escolaridade	Supressão	Realização	Total
0 – 4.º ano	72 (80,9%)	17 (19,1%)	89 (100%)
5.º – 9.º ano	140 (78,21%)	39 (21,79%)	179 (100%)
10.º – 12.º ano	190 (57,58%)	140 (42,42%)	330 (100%)
Ensino superior	47 (36,43%)	82 (63,57%)	129 (100%)

É ainda possível verificar que os informantes menos escolarizados apresentam percentagens elevadas de omissão tanto do clítico inerente como do clítico reflexo, como mostra a Tabela 5. Contudo, o clítico inerente



caracteriza-se por uma maior tendência para a omissão. O grupo que abrange os informantes dos 0 aos 4 anos de escolarização omite o clítico inerente 86,67% das vezes e o clítico reflexo 68,97%. Esta diferença entre clíticos argumentais e não argumentais parece esbater-se nos informantes dos níveis de escolaridade seguintes.

Tabela 5. Supressão e realização dos clíticos reflexos e inerentes (por escolaridade)

Escolaridade	Clítico	Supressão	Realização	Total
0 – 4.º ano	Inerente	52 (86,67%)	8 (13,33%)	60 (100%)
	Reflexo	20 (68,97%)	9 (31,03%)	29 (100%)
5.º – 9.º ano	Inerente	104 (76,47%)	32 (23,53%)	136 (100%)
	Reflexo	36 (83,72%)	7 (16,28%)	43 (100%)
10.º – 12.º ano	Inerente	142 (60,42%)	93 (39,57%)	235 (100%)
	Reflexo	48 (50,52%)	47 (49,47%)	95 (100%)
Ensino superior	Inerente	26 (39,39%)	40 (60,61%)	66 (100%)
	Reflexo	21 (33,33%)	42 (66,67%)	63 (100%)

Finalmente, faz-se uma distinção entre os informantes com base nas estratégias que utilizam, tendo sido identificados três grupos distintos, conforme representado na Tabela 6. A maioria dos informantes, isto é, 55 falantes, apresenta variação entre supressão e omissão do clítico, independentemente do seu nível de escolarização (grupo II). Assim, utilizam diferentes estratégias, o que pode refletir gramáticas em competição a nível individual. Como Lightfoot (2006, p. 164) constata, “there are coexisting grammars within [these] speech communities and even within the brains of some individuals, who have multiple competencies”. Por outro lado, apenas um informante com o ensino superior realiza o clítico em todos os contextos, seguindo a norma do português europeu (grupo III). Assim, a estratégia da realização parece ser pouco relevante, enquanto estratégia única, já que a grande maioria dos informantes omite o clítico em alguma instância. Finalmente, nenhum informante com o ensino superior opta pela estratégia de omissão em todos os contextos.

Tabela 6. Distribuição da supressão e realização do clítico

Escolaridade	Grupo I (supressão)	Grupo II (supressão e realização)	Grupo III (realização)	Total
0 – 4.º ano	7	5	0	12
5.º – 9.º ano	6	16	0	22
10.º – 12.º ano	3	24	0	27
Ensino superior	0	10	1	11
Total	16	55	1	72



8.3.2. A idade

As variáveis sociolinguísticas, como mencionado anteriormente, têm uma relevância acrescida nas variedades africanas do português que se encontram em fase de nativização. Assim, procurou-se identificar a relevância da variável *idade* na estratégia da omissão do clítico.

De forma a investigar esse aspeto, agrupou-se os informantes em quatro conjuntos, tendo por base a idade dos mesmos. Para tal, seguiu-se a divisão prévia estabelecida no Corpus PALMA, como explanado na secção 8.1. Os dados da Tabela 7 mostram que informantes mais novos apresentam percentagens de omissão do clítico semelhantes às dos informantes mais velhos. Por exemplo, os dois grupos de informantes mais novos (dos 18 aos 35 anos) apresentam taxas de omissão semelhantes à do grupo de informantes mais velhos (dos 46 aos 71 anos). Apenas o grupo dos 36 aos 45 anos apresenta uma taxa de supressão mais elevada. Isto poderá indicar que a variável *idade* é menos importante do que outros fatores, como a *escolarização*, na estratégia de omissão.

Tabela 7. Supressão e realização dos clíticos (por idade)

Idade	Supressão	Realização	Total
18–25 anos	70 (60,87%)	45 (39,13%)	115 (100%)
26–35 anos	163 (58,63%)	115 (41,37%)	278 (100%)
36–45 anos	93 (75,61%)	30 (24,39%)	123 (100%)
46–71 anos	123 (58,29%)	88 (41,71%)	211 (100%)

8.4. O papel do contacto com o forro

A forte tendência para a supressão do clítico poderá ser um reflexo do contacto com o forro, como mencionado na Secção 7. O forro não tem um paradigma reflexivo correspondente ao do português europeu, não dispondo de clíticos reflexos e inerentes. Pode, assim, ter ocorrido *transfer* desta propriedade do crioulo. Convém salientar, contudo, que não foram encontradas ocorrências de uma estratégia reflexiva nominal, que também se encontra atestada no forro (conforme o exemplo (24)). Além disso, o português é, na atualidade, hegemónico em São Tomé e Príncipe e a sua transmissão dá-se sobretudo como L1, como enunciado na Secção 6. O papel do forro como língua de contacto é, assim, primariamente histórico.

É de salientar também que a tendência de supressão converge com o que é observado em outras variedades do português em África e até em alguns dialetos do português do Brasil, conforme explanado no ponto 5. Deste modo, a mudança linguística poderá resultar de princípios gerais da gramática, relacionados com a aquisição (histórica) de L2. A variedade do português em São Tomé e Príncipe foi, pelo menos numa fase inicial, adquirida como língua segunda num contexto de pouca exposição à norma-padrão do português. Assim, a falta de *input* sólido poderá ter conduzido a uma reanálise de traços gramaticais, dando origem ao fenómeno de supressão do clítico. Note-se ainda que o clítico corresponde a uma forma átona, sem acentuação própria e foneticamente fraca, o que poderá dificultar a sua aquisição num contexto de L2. Recorde-se Rosário (2005), que concluiu que os falantes de português como língua não materna têm mais dificuldade em reconhecer e aplicar com correção os clíticos não argumentais. De facto, o clítico inerente não é argumental e a sua realização é, por vezes, opcional, o que poderá contribuir para a sua supressão. Isso seguiria uma tendência já documentada em português de São Tomé e Príncipe para a perda de material funcional, como clíticos acusativos (Gonçalves, 2016) e preposições mais fracas e opacas, principalmente *a*, *de* e *em* (Gonçalves, 2010).

Em conclusão, a tendência para a supressão do clítico no português falado em São Tomé e Príncipe parece não se dever a apenas um fator. Como Alexandre et al. (2011, p. 32) realçam, há “um enredo complexo de factores de natureza sociolinguística e extra-linguística que ditou a emergência de uma variedade L1 em S.



Tomé e Príncipe que se apresenta mais afastada da norma europeia”, quando comparada com outras variedades do português.

9. Conclusão

A tendência para a supressão de pronomes do paradigma reflexivo tem sido observada para as variedades do português em África em diversos estudos (e.g., Mendes & Estrela, 2008). Este artigo procurou contribuir para uma melhor compreensão desse fenómeno, bem como para a expansão do conhecimento sobre a variedade do português de São Tomé e Príncipe. A análise quantitativa de dados orais permitiu lançar luz sobre as quatro questões basilares deste estudo: (i) Os clíticos inerentes, considerados não argumentais, sofrem maior omissão do que os reflexos, considerados argumentais? (ii) Será que informantes com um nível de escolaridade mais elevado apresentam uma maior percentagem de realização do clítico? (iii) Qual é a relevância da variável *idade* na estratégia da omissão do clítico? (iv) Qual é o papel do contacto com o forro na estratégia de omissão do clítico em português de São Tomé e Príncipe?

Os dados recolhidos parecem, de facto, indicar que esta variedade apresenta uma forte tendência para a supressão do clítico. Os clíticos inerentes sofrem maior omissão do que os reflexos, embora estes também sejam suprimidos. Além disso, a variável sociolinguística *escolaridade* parece ter algum peso na estratégia privilegiada pelos falantes. Este não parece ser o caso da variável *idade*, uma vez que os informantes mais novos apresentam percentagens de omissão do clítico semelhantes às dos informantes mais velhos.

Por outro lado, o contacto com o forro poderá ter influência na variedade do português que está em formação em São Tomé e Príncipe, uma vez que não tem um paradigma reflexivo correspondente ao do português europeu. Ainda assim, por si só, o contacto linguístico poderá ser insuficiente para explicar a tendência para a supressão, já que não são atestadas outras estratégias reflexivas do forro em português de São Tomé e Príncipe. Assim sendo, parecem estar envolvidos vários fatores, incluindo o passado recente desta variedade como língua segunda.

Finalmente, este artigo permitiu esboçar novas questões tendo em vista investigação futura, mais especificamente: (i) A omissão dos clíticos reflexos e inerentes é condicionada pela classe de verbos? (ii) Construções com verbos de experiência psicológica favorecem a omissão do clítico, conforme sugerido para o português europeu em Fonseca (2010)?

Trabalhos futuros procurarão responder a estas questões com base numa análise mais fina dos dados. A investigação nesse sentido permitirá aprofundar o conhecimento sobre processos de nativização, bem como sobre as variedades que estão em formação nas ex-colónias portuguesas em África.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico UIDB/00214/2020 e UI/BD/152294/2021.

Referências

- Alboiu, Gabriela, Michael Barrie & Chiara Frigeni (2004) SE and the unaccusative-unergative paradox. *Antwerp Papers in Linguistics* 107, pp. 109–141.
- Alexandre, Nélia, Rita Gonçalves & Tjerk Hagemeijer (2011) A formação de frases relativas de PP no português de Cabo Verde e de São Tomé. In *Actas do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. APL, pp. 17–34.
- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda, Luísa Alice Santos Pereira, Antónia Estrela, José Bettencourt Gonçalves, Sancho Oliveira & Rui Santos (2006) The African varieties of Portuguese: Compiling comparable corpora and analyzing data-derived lexicon. In *Proceedings of the Fifth International*



- Conference on Language Resources and Evaluation*. ELRA, pp. 1791–1794. Disponível em http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2006/pdf/654_pdf.pdf
- Brito, Ana Maria, Inês Duarte & Gabriela Matos (2003) Tipologia e distribuição das expressões nominais. Tipologia dos pronomes clíticos. In Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Marina Vigário & Alina Villalva (orgs.), *Gramática da língua portuguesa*. Caminho, pp. 79–867.
- Chomsky, Noam (1981) *Lectures on government and binding* (5.ª ed.). Foris.
- Duarte, Inês (1983) Variação paramétrica e ordem dos clíticos. *Revista da Faculdade de Letras*, n.º especial comemorativo do 50.º aniversário da revista, pp. 158–176.
- Duarte, Inês, & Gabriela Matos (2000) Romance clitics and the minimalist program. In João Costa (org.), *Portuguese syntax. New comparative studies*. Oxford University Press, pp. 116–142.
- Duarte, Inês (2013) Construções ativas, passivas, incoativas e médias. In Eduardo Raposo, Maria F. B. Nascimento, Maria A. C. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do português* (Vol. 1). Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 429–458.
- Ferraz, Luiz Ivens (1979) *The Creole of São Tomé*. Witwatersrand University Press.
- Fonseca, Paula (2010) *Os verbos pseudo-reflexos em Português Europeu*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Gonçalves, Perpétua (1990) *A construção da gramática do português em Moçambique: Aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Perpétua (2012, 7–10 fevereiro) *Lusofonia em Moçambique: Com ou sem glotofagia?*. [Apresentação de comunicação]. II Congresso Internacional de Linguística Histórica, São Paulo, Brasil. Disponível em https://catedra.itcom.co.mz/storage/app/media/bibliografia/Goncalves_Ataliba2012.pdf
- Gonçalves, Perpétua (2013) O português em África. In Eduardo Raposo, Maria F. B. Nascimento, Maria A. C. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do português* (Vol. 1). Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 157–168.
- Gonçalves, Perpétua, & Feliciano Chimbutane (2004) O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: O comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. *Papia* 14, pp. 7–30.
- Gonçalves, Rita (2010) *Propriedades de subcategorização verbal no português de São Tomé*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Rita (2016) *Construções ditransitivas no português de São Tomé*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Hagemeijer, Tjerk (2007) *Clause structure in Santome*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Hagemeijer, Tjerk (2009) As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 1 (1), pp. 1-27.
- Hagemeijer, Tjerk (2011). The Gulf of Guinea Creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 26 (1), pp. 111–154. <https://doi.org/10.1075/jpcl.26.1.05hag>
- Hagemeijer, Tjerk (2016) O português em contacto em África. In Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (orgs.), *Manual de linguística portuguesa*. Mouton de Gruyter, pp. 43–67.
- Hagemeijer, Tjerk (2018) From creoles to Portuguese. Language shift in São Tomé and Príncipe. In Laura Álvarez López, Perpétua Gonçalves & Juanito Ornelas de Avelar (orgs.), *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. John Benjamins, pp.169–184.
- Lightfoot, David (2006) *How new languages emerge*. Cambridge University Press.
- Lobo, Maria (2013) Dependências referenciais. In Eduardo Raposo, Maria F. B. Nascimento, Maria A. C. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do português* (Vol. 2, 2.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2177–2227.
- Mapasse, Ermelinda (2005) *Clíticos pronominais em português de Moçambique*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.



- Martins, Ana Maria (2013) Posição dos pronomes pessoais clíticos. In Eduardo Raposo, Maria F. B. Nascimento, Maria A. C. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do português* (Vol. 2, 2.^a ed.). Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2231–2302.
- Matos, Gabriela (2000) Across-the-Board clitic placement in Romance languages. *Probus* 12 (2), pp. 229–259.
- Matsinhe, Sozinho (1998) *Pronominal clitics in Tsonga and Mozambican Portuguese: A comparative study*. Dissertação de doutoramento, School of Oriental and African Studies.
- Mendes, Amália, & Antónia Estrela (2008) Constructions with SE in African varieties of Portuguese. *Phrasis* 2, pp. 83–107.
- Otero, Carlos Peregrín (1999) Pronombres reflexivos y recíprocos. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (orgs.), *Gramática descriptiva de la lengua española* (Vol. 1, 3.^a ed.). Real Academia Española & Espasa Calpe, pp. 1426–1517.
- Pereira, Ana (2006) *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*. Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rosário, Joana (2005) Aquisição dos clíticos por falantes de português língua não materna. In Dulce Carvalho, Vila Maior Dionísio & Rui de Azevedo Teixeira (orgs.), *Des(a)fiando discursos: Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*. Universidade Aberta, pp. 553–562.
- Scantamburlo, Luigi (1999) *Dicionário do guineense* (Vol. 1). Edições Colibri & FASPEBI.
- Thomason, Sarah (1997) Typology of contact languages. In Arthur K. Spears & Donald Winford (orgs.), *The structure and status of pidgins and creoles*. John Benjamins, pp. 71–88.
- Vigário, Mariana (1999) Pronominal cliticization in European Portuguese: A postlexical operation. *Catalan Working Papers in Linguistics* 7, 219–237.
- Winford, Donald (2003) *An introduction to contact linguistics*. Blackwell Publishing.
- Zwicky, Arnold (1977) *On clitics*. Indiana University Linguistics Club.

